



ACÓRDÃO Nº963/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº12272/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tapauá.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** José de Oliveira Pessoa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Enia Jessica da Silva Garcia Cunha - OAB/AM 10416, Antonio das Chagas Ferreira Batista - OAB/AM 4177, Patrícia Gomes de Abreu Caporazzi - OAB/AM 4447, Fabrícia Taliéle Cardoso dos Santos - OAB/AM 8446 e Eurismar Matos da Silva - OAB/AM 9221.
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA, DICAMI E DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2497/2022-DIMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tapauá. Exercício de 2019.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Recomendação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Tapauá - referente ao exercício de 2019, sob a responsabilidade do **Sr. José de Oliveira Pessoa** – Presidente da Câmara Municipal de Tapauá, à época - nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual nº 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. José de Oliveira Pessoa** – Presidente da Câmara Municipal de Tapauá, à época –, no valor de **R\$13.654,39 (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove reais)**, com fulcro no art. 308, VI, da Resolução nº 04/02 – RI-TCE/AM, em razão da impropriedade apontada no item 1, subitem 1.7 do Relatório/Voto. Fixar **prazo de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do



ACÓRDÃO Nº963/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.3. Considerar em Alcance o Sr. José de Oliveira Pessoa** – Presidente da Câmara Municipal de Tapauá, à época, no valor de **R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)**, nos termos do art. 304, I da Resolução n. 04/02 – RI-TCE/AM, pela ausência de comprovação da efetiva utilização do combustível adquirido, conforme demonstrado na impropriedade elencada no item 2, subitem 2.1, "e", e 2.2, "e" do Relatório/Voto. Fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do ALCANCE/GLOSA, na esfera municipal para o órgão Câmara Municipal de Tapauá, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5670 – outras indenizações – PRINCIPAL – ALCANCE APLICADO PELO TCE/AM", órgão Câmara Municipal de Tapauá com a devida comprovação perante esta Corte de Contas e a devida atualização monetária (art.72, III, "a", da Lei nº 2423/96 – LOTCE/AM c/c o art.308, § 3º, da Res. nº 04/02 – RITCE/AM). Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;



ACÓRDÃO Nº963/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

10.4. Determinar à Câmara Municipal de Tapauá que proceda à realização de processo licitatório para a contratação de serviços de internet, a fim de que se observem as determinações constitucionais e legais anteriormente elencadas.

10.5. Recomendar à Câmara Municipal de Tapauá que:

10.5.1. Providencie ações para a realização de concurso público para a Câmara municipal, inclusive para o cargo de Controle Interno, devendo constar no Plano de Cargos e Salários dos servidores;

10.5.2. Promova ações para que a Contabilidade do órgão priorize a não utilização de contas com denominação genéricas e caso seja necessário, que efetue as exposições relevantes em Notas Explicativas, conforme estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP);

10.5.3. Providencie ações para manter os registros de todas as viagens do Prefeito e do Vice-prefeito para fora do município de Tapauá, especialmente quando o Presidente da Câmara assumir o cargo;

10.5.4. Promova ações para que o Controle Interno do órgão acompanhe os repasses referente a contribuição dos servidores do Poder Legislativo ao órgão Previdenciário;

10.5.5. Observe com maior zelo a formação dos processos administrativos de sua lavra, sobretudo no que pertine à questão formal de numeração de página, aposição de carimbos e assinaturas, por exemplo, a fim de que não fique caracterizada a desídia da administração do Poder Legislativo Municipal em razão da ausência do cuidado com os processos administrativos;

10.6. Determinar à Comissão de Inspeção do ano de 2022 – referente ao exercício de 2021, que está programada para ocorrer entre a data de 04 a 11/07/2022 – conforme se depreende do Plano Anual de Fiscalização de 2022, para que verifique se foram adotadas medidas, ainda que preliminares, para solucionar as irregularidades apontadas no item 1, subitem 1.2 e 1.4 do Relatório-Voto;

10.7. Dar ciência ao **Sr. José de Oliveira Pessoa** – Presidente da Câmara Municipal de Tapauá, à época, a seus Advogados constituídos e ao



ACÓRDÃO Nº963/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

atual Presidente da Câmara Municipal de Tapauá acerca do *decisum* a ser exarado pelo Tribunal Pleno.

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 14 de junho de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral